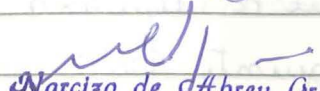


de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Apedro Chaves, ES, 18 de Junho de 1996.

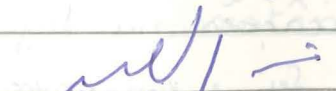
  
 Narcizo de Abreu Grassi  
 Prefeito Municipal

Lei N° 747/96

O Prefeito Municipal de Apedro Chaves, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desapetado da condição de "Bens" de uso comum do povo", passando a integrar os "Bens pertencentes a Prefeitura Municipal", o lote n° 09 (nove) da Quadra "H", medindo 300 m<sup>2</sup> ou seja 12 metros dividindo-se com a Rua IV, 25 metros dividindo-se com o lote n° 10, 25 metros dividindo-se com o lote n° 08 e 12 metros fundos com o lote n° 18, do loteamento denominado Santa Terezinha II, no perímetro urbano desta cidade de Apedro Chaves.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Apedro Chaves - ES, 12 de Junho de 1996.

  
 Narcizo de Abreu Grassi  
 Prefeito Municipal

Lei N° 748/96

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1997 e das outras providências.

Narcizo de Abreu Grassi, Prefeito Municipal de Alfredo Chaves, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1997 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração direta e indireta assim como a execução obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1997, obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior as das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso a preço de julho de 1996, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços, ou de acordo com a política econômica adotada para o país com normas específicas para os orçamentos públicos.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preço de julho de 1996, considerando-se a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na Legislação Tributária os quais serão de objeto de Projeto de Lei, encaminhado à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados sem autorização Legislativa.

§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O Município aplicará 25% de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escolar.

§ 7º - Constará da proposta orçamentária o produto das operações de crédito autorizadas pelo Legislativo, com destinação específica e vinculadas ao projeto.

Art. 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o plano plurianual procederá a seleção das prioridades dentre as relacionadas no anexo I integrante desta Lei, e as executará a preço de julho de 1996.

Parágrafo único - poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de Governo.

Art. 4º - Os valores orçamentários poderão ser atualizados monetariamente pela variação inflacionária acumulada entre os meses de julho de 1996 a dezembro de 1996.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá firmar convênios com vigência máxima de um ano, com outras esferas de Governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de Educação, cultura, saúde e Assistência Social, sem ônus para o Município.

Art. 6º - As despesas com pessoal da administração direta e da indireta, ficam limitadas a 60% da receita corrente (atendendo ao disposto no Artigo 38 das Disposições Transitórias).

§ 1º - Entende-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das receitas correntes da administração direta e das receitas correntes próprias da administração indireta, provenientes de autarquias e fundações públicas, excluídas

as receitas oriundas de Convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrangem os gastos da administração direta e indireta nas seguintes despesas:

- Salários;
- Obrigações Patronais;
- Proventos de aposentadoria e pensões;
- Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito;
- Remuneração dos vereadores;

Art. 7º - Fica autorizado a concessão de ajuda financeira às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação, assistência social, esportivas e culturais.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações, apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

Art. 8º - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo município.

Art. 9º - As operações de crédito por antecipação de receita contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Art. 10º - O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30 de Outubro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal que apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Jefredo Chaves - ES, 12 de Julho de 1996.

  
 Narcizo de Abreu Grassi  
 Prefeito Municipal

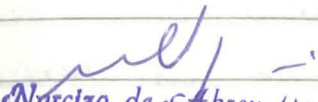
Anexo I

Orientações Orçamentárias  
 Investimento Para 1997.

- Continuação da construção e reforma em prédios escolares;
- Construção de novas escolas;
- Aquisição de equipamentos rodoviários para o serviço educacional;
- Abertura e reabertura de estradas;
- Conservação de estradas;
- Construção e reparos de pontes, pontilhões e bueiros;
- Construção de postes telefônicos;
- Abertura e reparo de ruas e avenidas;
- Calçamento de ruas, avenidas e praças;
- Construção e reativação de postos médicos;
- Construção de abrigo rodoviários;
- Construção de terminal rodoviário;
- Drenagem de bueiros;
- Construção de praças e jardins;
- Manutenção do fundo Municipal de seguridade social;

- Manutenção Inst. Pub. e Arist. Servidores Municipais;
- Manutenção do EMOCA - FIA;
- Construção da Câmara Municipal;
- Construção de praças de esporte;
- Construção de reservatórios para abastecimento d'água, redes e distribuição;
- Construção de Casas populares;
- Aquisição de equipamentos rodoviários;
- Drenagem de ruas e avenidas;
- Construção de beches;
- Construção do Parque de exposição;
- Construção e ampliação de redes de eletrificação rural e de iluminação pública;
- Construção da Casa da Cultura;
- Construção de sanitários públicos;
- Construção de Torres e repetidoras de televisão;
- Aquisição de equipamentos para informática;
- Aquisição de imóvel para implantação do polo industrial;
- Construção de aterro sanitário;
- Construção de guarita, no início da cidade, para policiamento militar;
- Construção ou ampliação do Cemitério Municipal;
- Construção de microtúio;
- Construção da Capela Mortuária de Alfredo Chaves;
- Construção de Torre para Teleponia Celular;
- Incentivo ao agro turismo no município;
- Construção ou reforma do muro de arrimo da escola Camilo Mata;
- Construção de muro de proteção à encosta da Igreja de 4º Território;
- Aquisição de Consultório móvel dentário completo para atender as comunidades do interior;
- Subvenção ao Clube do Cavalo;
- Subvenção ao Esporte Clube de Alfredo Chaves;
- Subvenção a Sociedade Pistalozzi;
- Subvenção à Fundação Assistencial de Alfredo Chaves.

- Subvenção para a construção de sanitários, fossas secas - para pessoas caentes;
- Subvenção à Academia ASKAVE;

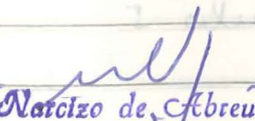
  
Narcizo de Azevedo Grassi  
Prefeito Municipal

Lei n: 749/96

O Prefeito Municipal de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao senhor Carlos José Tobias, o lote n: 09 (nove) da Quadra "H", medindo 300 m<sup>2</sup> ou seja 12 metros dividindo-se com a rua IV, 25 metros dividindo-se com o lote n: 10, 25 metros dividindo-se com o lote n: 08 e 12 metros fundo com o lote n: 18, do loteamento denominado Santa Teresinha II, no perímetro urbano desta cidade de Alfredo Chaves.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Alfredo Chaves - ES, 19 de Agosto de 1996.

  
Narcizo de Azevedo Grassi  
Prefeito Municipal

Lei n: 750/96

O Prefeito Municipal de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo